



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública-	Nº: 1122/02	DATA: 18/12/02
INÍCIO: 15h45min	TÉRMINO: 18h10min	DURAÇÃO: 02h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h25min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 29
REVISÃO: Maria Teresa, Robinson, Silvia		
CONCATENAÇÃO: Graça		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MAURO SPÓSITO – Delegado da Polícia Federal de Manaus. NASCIMENTO GONÇALVES – Criador de animais.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da décima sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das atas da décima terceira, décima quarta e décima quinta reuniões. Sendo assim, indago se há necessidade de suas leituras.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Como é do conhecimento de todos e as atas já foram distribuídas preliminarmente, requeiro a V.Exa. que seja dispensada a leitura das mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dispensada a leitura, coloco as atas em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-as em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovadas as atas. Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública para a tomada de depoimento dos Srs. Gasparian Keller, criador de animais; Vítor Fasano, criador de animais; Panta Alves dos Santos, criador de animais; Nascimento Gonçalves, criador de animais. O Sr. Carlos Gasparian Keller enviará à CPI atestado médico. Segundo informações de sua assessoria, que por coincidência é a mesma assessoria do Sr. Vítor Fasano, parece-me que operou do coração, fez algumas pontes de safena e estaria impossibilitado de locomover-se. Solicitei à assessora que providenciasse até as 15h de hoje uma intimação ao Sr. Carlos Gasparian Keller. Como não chegou até agora, vamos estender este prazo até às 18h, avisando à assessora do dito senhor que se o atestado médico não chegar, a intimação específica será feita com a intervenção da Polícia Federal. Quanto ao Sr. Vítor Fasano, a assessora mandou uma correspondência dizendo que: *“comunicamos, com relação à convocação referente ao Sr. Vítor Fasano, recebida por nosso escritório em 16.12, que ficamos impossibilitados de localizar o depoente, em prazo tão curto, pois o mesmo encontra-se viajando. O seu retorno será no dia 5.1.2003.”* A Comissão estará de 5 a 12 de janeiro na Bahia. Então, o Sr. Vítor



Fasano será convocado a depor na Bahia, durante as nossas reuniões de audiência pública. Nós, infelizmente, não podemos aceitar esse tipo de desculpa, visto que não há atestado médico nem força maior que o impeça de tomar conhecimento. Também será feita com a indicação e possível acompanhamento pela Polícia Federal. O Sr. Panta mandou uma intimação judicial dizendo que hoje havia instrução designada para 18 de dezembro e prestará depoimento pessoal sob as penas da lei. Então, o Sr. Panta será ouvido em São Paulo. Ele não pôde vir por conta deste documento, mas prestará seus esclarecimentos e o seu depoimento à CPI em São Paulo. Aproveitando a falta desses três depoentes, o Sr. Mauro Spósito, Delegado de Polícia Federal do Amazonas — já há requerimento aprovado anteriormente por esta Comissão, veio gentilmente nos entregar os processos que a Polícia Federal vem movendo e já moveu contra tráfico de animais e de plantas —, S.Sa. se dispôs a prestar esclarecimentos sobre um assunto muito interessante que a CPI vem a todo o momento mencionando: a ligação tráfico de droga, tráfico de animais. O Dr. Mauro Spósito vai poder nos ajudar, e muito. Até esclarecendo que nos dias 12 a 18 vamos estar em Manaus. E aí, sim, vamos visitar alguns lugares bastante específicos e também com o apoio da Polícia Federal e do Delegado Mauro Spósito. Outra comunicação que faço é ao Sr. Marcus Roosmalen. A Polícia Federal de Manaus está campanando a sua casa. Já houve uma certa desordem de ordem legal. Segundo relatos do delegado, ele mora num condomínio e a Polícia Federal ficou na porta de casa dele. Ele comunicou à PM que existiam pessoas desordeiras e desonestas do lado de fora. Houve uma severa discussão entre PM e Polícia Federal, mas a Polícia Federal, assegurada pela nossa solicitação de condução coercitiva, não arredou o pé do lugar. Estou em negociação direta com o advogado do Sr. Roosmalen. Tenho mais nove minutos para aguardar comunicação do advogado do Sr. Roosmalen, porque o que eu gostaria é que ele não fosse conduzido pela Polícia Federal. A Polícia Federal de Manaus determinou que um agente ficasse do lado de fora do condomínio. E já estamos sabendo que ele vai pegar o avião das 2 horas da manhã, meia-noite daqui, para às 9h da manhã prestar seus depoimentos. Se, nesse intervalo, não houver essa ligação, encaminharemos à Polícia Federal mandado de busca e apreensão para que arrombe a casa do Sr. Roosmalen e o prenda, garantindo, então, que ele venha à CPI amanhã. Outras



comunicações: recebemos, em forma de denúncia anônima, do Rio Grande do Sul — nossa ida ao Rio Grande do Sul tem tido resultados bastante profícuos —, com nomes de delegados da Receita Federal, de pessoas do IBAMA, de vários criadores com ligações com alguns dos nossos depoentes que não vieram hoje. Solicito à nossa secretária que, depois, encaminhe documentação à assessoria jurídica, a fim de tomarmos ou não os depoimentos. Como já existem indícios de ligação, talvez a comunicação só seria feita ao Ministério Público. Ontem, nós tivemos um depoimento nesta CPI que reputo um dos mais mentirosos e desonestos a que a nossa Comissão já assistiu. Nós tivemos o depoimento de um americano. Aliás, venho até falando: não tenho nenhum sentimento contra ou favor dos americanos, muito pelo contrário, se eles puderem ficar lá e nós aqui, seria muito bom. Mas, sempre encontramos, quando vamos investigar, estrangeiros, e a maior parte deles é de americanos. E esse senhor, Charles Muun, estou determinando à nossa assessoria jurídica que encaminhe denúncias à INTERPOL, denúncias ao Ministério Público Federal, denúncia à Polícia Federal e à Receita Federal, porque ele está, com certeza, e para meu espanto, explorando o meio ambiente. Por exemplo: práticas de *rappel* em áreas protegidas sem autorização do IBAMA, comprando terras. Fez uma *joint venture*, com ONGs brasileiras, está comprando de quarenta em quarenta hectares de terra na Bahia e em outros lugares; vai receber de volta o investimento, visto que 50% do que é ganho vai para ONG dele. Primeiro, saber se essa ONG existe e daí a denúncia à INTERPOL; segundo, ele traz dinheiro no bolso, o equivalente a 10 mil reais, e ficou claro que o que ele apresentou em fotografia é impossível, se vem de dois em dois meses, impossível construir dois abrigos, toda uma infra-estrutura de *rappel*, de busca, de estudos, segundo ele, de estudos de aves raras. Na minha terra, isso se chama cevando, não sei como o é na dos senhores. Ele ceva as araras, os pássaros durante muito tempo para depois, os seus visitantes, aqueles que vão até aquelas pousadas — aquelas pousadas têm construção de túneis —, pousadas bastante complexas, e ele mesmo nos apresentou aqui. Então nós já estamos determinando à INTERPOL para que haja uma investigação bastante ativa, principalmente para dizer se essa ONG existe, porque é americana, para saber a sua composição e a sua entidade, se existe realmente, se está registrada ou se não e, depois, à Receita Federal, por conta de



recursos que chegam ilegalmente ao Brasil. Quer dizer, a partir do momento que se mente, tudo é possível. Não sei também se ele não está metido, se ele não está encabeçando o tráfico de ovos. Realmente, não sei se ele está, mas há indícios bastante claros, quando diz que paga pessoas para buscar abrigos de aves. Esses abrigos de aves, no meu entendimento, é busca de ninhos de aves raras para a localização de ovos. Com essa determinação, passo a palavra ao Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, acho importante essa investigação a ser determinada na pessoa do Sr. Charles Muun e vou aguardar, até para me pronunciar com maior intensidade, após ouvir o depoimento do Delegado da Polícia Federal do Amazonas, agendado para reunião de hoje. E lamentar, profundamente, que as pessoas parece que continuam, ainda, não levando a sério as intimações feitas por esta CPI; parece que continuam levando a coisa como se fosse brincadeira. Quando eu vejo V.Exa. dizer que os depoimentos são mentirosos, de que as pessoas vêm aqui e tentam enganar esta Comissão, imaginando que cada um que aqui chega, sejamos todos nós passíveis de ser enganados e que não se vá levar isso adiante. Eu quero deixar muito claro o meu preito de admiração a V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo, pela sua abnegação, pela sua dedicação, pela sua ida a Porto Alegre à busca, exatamente, de coibir esse tráfico de animais e plantas que a cada dia mais se configura um entrelaçamento, uma interligação. Quer dizer, a cada instante se confirma que este tráfico de animais e plantas que, para alguns parece até que não seja nada, se confirme numa grande rede interligada com o tráfico de drogas neste País. Então vejo isso com muita preocupação. Lamento profundamente a exigüidade do prazo desta CPI. Acho que vamos ter de correr muito com as idas a São Paulo, a Salvador, a Manaus, a Recife, quiçá, a Belo Horizonte. E o que é pior: preocupa-me o prazo de 31 de janeiro, quando teremos de ter o relatório votado, até porque, em não sendo votado, extingue-se a CPI, sem apresentar qualquer resultado, com grande prejuízo de tudo aquilo que se levantou. Então é importante essa dedicação de V.Exa. E é impressionante que à medida que se começa a conversar sobre o assunto, aparecem coisas e como se dá esse tráfico de animais. Eu conversava, neste final de semana, em Cuiabá, com uma das pessoas ligadas a uma associação de



pássaros. Segundo ele, tudo é tratado na legalidade. E dizia o seguinte: que o tráfico é um negócio tão sério, e o que é mais importante, de que mais de 80% dos animais traficados são mortos, que não há nenhum respeito, não há nada, absolutamente nada; que, agora, hoje em dia, quer dizer, a grande mortandade dos animais se processa em função única e tão-somente do lucro, e isso com grande prejuízo a toda a nossa fauna. Então acho importante quando esta CPI busca exatamente isso, lamento profundamente que seja final de uma sessão legislativa, onde a gente poderia talvez até aprofundar isso mais. Mas vejo, aí, no seu trabalho, na sua obstinação, na sua abnegação, a grande oportunidade para que a gente possa pelo menos dar um *start*, dar um início para busca de coibir, dentro da medida do possível, essas ações criminosas que têm grassado, que têm se ampliado de forma impressionante em nosso País. Então vale registrar que não se trata apenas de tráfico de passarinhos. Falava-se em curiós. Fiquei sabendo de um criador que comercializa animais e que tem espécies de mutações, por exemplo, a saíra-do-bico-torto, animal já extinto, não se tem mais esse animal. Esse pássaro é difícil de ser encontrado até pelos próprios traficantes, mas de alguém que tem a saíra-do-bico-torto e que isso é encontrado e está sendo comercializado, como os pintassilgos mutação, que estão aí disponíveis para qualquer pessoa que esteja disposta a pagar isso, sem contar o grande ato criminoso que fazem exatamente pela grande matança que fazem em busca do lucro fácil. Estou muito interessado em ouvir a participação do Delegado da Polícia Federal de Manaus, para que a gente possa, a partir daí, depreender mais algumas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sua benevolência me cativa como sempre, mas com certeza não sou merecedor dos seus elogios. E também, como falei, o Sr. Nascimento Gonçalves, criador de animais, vai participar desta reunião. Inclusive estou com muita pena dele porque ficou bastante tempo, segundo a nossa assessoria, no aeroporto e não conseguiu fazer contato conosco. Ficou no aeroporto sem poder se alimentar, mas acho que já tomou um lanche. Depois da saída dele daqui, será dado um laudo-jantar ao Sr. Nascimento que, com certeza, colaborará bastante com a CPI. Então, gostaria de chamar o Sr. Nascimento Gonçalves a tomar assento à minha esquerda e, já nomeando o Deputado Ricarte de Freitas Relator Substituto, o Delegado Mauro Spósito. Relataram, não sei qual



fiscal do IBAMA relatou, pegaram um ônibus com 73 curiós. Enquanto estavam investigando as pessoas para saber de quem eram os 73 curiós, um senhor — eles desconfiam quem seja, mas diz que “não sabe”, aquela coisa, não é, “não fui eu” — matou 73 curiós para acabar com a prova do crime. Pegava os 73 curiós e torcia o pescocinho. Ele os matava. Para ele, estava tudo resolvido. Seria fundamental que não houvesse os curiós. E como essas, muitas, nossa! Esse mesmo criador, que a CPI conseguiu desmascarar, foi cortar a nilha de um papagaio, cortou a perna do papagaio, depois o matou. “Não, papagaio sem perna não serve para ninguém”. Foi tirar a nilha, na tentativa de que o seu crime fosse perfeito, vendeu o papagaio sem a nilha e cortou a perna dele. São exemplos e mais exemplos de crueldade que se sucedem, visto que o tráfico, principalmente de animais, no seu cerne, impõe a crueldade. Vamos iniciar com o depoimento do Delegado da Polícia Federal do Amazonas, Dr. Mauro Spósito, que nos vai nos apresentar esse audiovisual. Sem ser desmerecedor, muito pelo contrário, a Mesa vai se sentar ali na frente para prestar mais atenção à sua exposição. O senhor pode ligar o microfone. Sempre que o senhor começar a falar, identifique-se para a Taquigrafia. Com a palavra V.Sa.

O SR. MAURO SPÓSITO – Muito obrigado. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a esta Comissão a oportunidade que dá à Polícia Federal de mencionar os trabalhos que vem realizando e dizer do orgulho que temos em poder comparecer para prestar apoio a esta situação. Quando, em Manaus, tivemos a oportunidade de falar para esta Comissão, ficamos devendo a cópia da apresentação, por isso fiz questão de trazê-la. Bem rapidamente, se o senhor me permite, só passar aqui, porque seria um intróito daquilo que nós realmente gostaríamos de passar, que são as vinculações do tráfico de animais com o tráfico de entorpecentes. A Polícia Federal, desde 1995, formulou a estratégia amazônica, que é um plano de trabalho para aquela região, e elencou entre os problemas amazônicos, além das suas atividades rotineiras, dez tópicos que são os problemas que mais caracterizam a região amazônica para a nossa área de trabalho. Primeiro, o narcotráfico, decorrência da influência dos países produtores, Bolívia, Colômbia e Peru, que são lindeiros ao Brasil na região amazônica. Segundo, a questão exploração mineral, onde garimpos, empresas mineradoras atuando clandestinamente dentro do território brasileiro, provocam evasão de divisas, evasão de divisas essas que dão



margem também à lavagem de dinheiro e provocam um sem-número de subempregos na região. A terceira, a questão indígena, onde temos a questão da demarcação territorial e assegurar o patrimônio cultural dos povos indígenas, prestando muita cautela à questão da autodeterminação dos povos. Quarto, a questão do extrativismo, onde fatos consagrados na Amazônia, a existência de madeireiros; madeireiros que eu digo são as pessoas que vivem da extração de madeira, pequenos extratores de madeira, e não empresas madeireiras, pescadores, caçadores e seringueiros que existem de fato, e nada tem para regular essa ação. Outra questão é a Zona Franca de Manaus, especificamente, que foi edificada para o desenvolvimento e integração regional, e desvirtuamentos da área estão fazendo com que se transforme num paraíso fiscal. A outra questão é política. A proximidade da região amazônica com os países produtores de cocaína nos desperta um interesse muito grande para saber a origem do financiamento das campanhas políticas. Nono, a questão do meio ambiente, particularmente a degradação do meio ambiente que nós temos que ter uma cautela muito grande e verificar como se promove o desenvolvimento auto-sustentável dando toda ênfase ao combate à biopirataria. Pulamos a questão do terrorismo, mas a realidade é que não há terrorismo em nosso território, mas vizinho a nós temos, hoje, talvez o movimento guerrilheiro maior do mundo que atua na Colômbia, cerca de 18 mil homens, que de certa forma passa a se relacionar com o nosso território. E, por último, as questões fundiárias, o impacto político-social dos grandes projetos amazônicos. Então, esses dez problemas amazônicos, para nós, são tratados preferencialmente. E para fazer frente a esses problemas, nós situamos que a questão do narcotráfico, que seria o móvel maior desses problemas, é de saúde e segurança públicas. Portanto, não é uma questão de segurança nacional, mas de segurança pública. E para fazer frente a isso, a Polícia Federal formulou uma política delineada em quatro tópicos, ou seja, obstruir ingresso e trânsito de entorpecentes em território brasileiro. Fazendo uma ressalva, hoje o Brasil é considerado pela comunidade mundial como um país de trânsito de drogas. E é objetivo da Polícia Federal que, dentro dos próximos cinco anos, não tenhamos mais essa condição de país de trânsito. O segundo é desestruturar as organizações criminosas que operam o tráfico de entorpecentes, ou seja, em vez de cassar os distribuidores à raia miúda,



queremos ver se alcançamos as cabeças. Terceiro, neutralizar o fluxo financeiro proveniente dos lucros obtidos pelo tráfico de entorpecentes. Sem dinheiro, sem lucro, minimizamos o problema. E, por fim, simbolicamente, erradicar os plantios de epadu, porque já o foi verificado em terras brasileiras e ele não possui o teor de alcalóide que seja economicamente viável para a produção da cocaína. Só como o último quadro, temos aqui os termos da política amazônica e os rumos que traçamos para fazer frente a isso. Então, o Projeto Bloqueio são ações básicas da Polícia Federal. São ações realizadas apenas pela Polícia Federal. E outro, que é o Projeto Fechamento da Amazônia, um conjunto de ações com outros órgãos, certo? São ações integradas de diversos órgãos. Para fazer frente a essa questão, foram implantadas cinco bases para fazer o Projeto de Fechamento da Amazônia. E aqui vejo a importância de toda esta explanação. Esses cinco pontos são suficientes para que a gente consiga cobrir toda a saída da Amazônia Ocidental. Nós temos três formas de sair da Amazônia Ocidental: por aeronaves, onde o controle dos aeroportos foi intensificado de maneira constante e esse controle de aeroportos é uma atividade rotineira da Polícia Federal, por vias fluviais e pela única BR que atinge a Amazônia Ocidental, a 364. Se estivermos funcionando em conjunto com os diversos órgãos, tanto da administração federal como estadual, e colocarmos um policiamento, teremos o controle efetivo do que entra e sai na Amazônia. A questão madeireira — estou falando da Amazônia Ocidental — que tanto se propaga, se tivermos controle em Óbidos e Vilhena, não tem outra forma de sair madeira da Amazônia. Quem conseguir tirar madeira de avião da Amazônia, vai ser um herói. Então, esse é o conjunto das ações que temos delineadas. Já são sete anos, infelizmente, que não conseguimos ter esse projeto implantado. O objetivo disto aqui não é isolado apenas de combater o narcotráfico, certo? Se tivermos o controle da Amazônia, todos esses tipos delitivos, quinze tipos delitivos, nós poderemos ter sob controle naquela região, e principalmente aí o que nós estaremos é a controlar a exploração de produtos regionais de origem animal e vegetal e apreender esses produtos e responsabilizar as pessoas que assim agem clandestinamente. Peço para passar o Projeto Bloqueio. Seria ficar conversando a respeito de atividades da Polícia Federal. Não é momento de fazer propaganda. Pode passar, por favor. Bom, agora peço auxílio a este mapa para prosseguir no objetivo que queria trazer aos



senhores. Falar da questão amazônica é chover no molhado a essa platéia. Nós sabemos que a Amazônia é a maior reserva da biodiversidade do mundo, a maior reserva de florestas do mundo, a maior reserva de água potável do mundo. E os países desenvolvidos têm por sobre os países em desenvolvimento três instrumentos básicos de pressão, hoje, que é a questão dos direitos humanos, a questão do narcotráfico e a questão do meio ambiente. Portanto, se tirarmos esses instrumentos de pressão das mãos desses países, poderemos ter um trabalho paralelo, lado a lado, não se subordinando a qualquer situação por eles impostas. As nossas fronteiras amazônicas são imensas. Brasil/Venezuela: 2.199 quilômetros Brasil/Colômbia: 1.644 quilômetros, Brasil/Peru: 2.295 quilômetros, Brasil/Bolívia: 3.423 quilômetros. A distância de Belém a Manaus é quase similar à distância de Brasília/Belém. Quer dizer, são distâncias para questionar. Até há pouco, estava conversando aqui com um colega e dizendo: “Você que está em Manaus, dá um pulinho em Belém”, como se fosse coisa ao lado. São distâncias mesmo consideráveis. Mas para superar esses obstáculos só mesmo integrando os esforços dos diversos órgãos envolvidos nessa questão. E, agora, vamos diretamente ao assunto que nos trouxe aqui: a questão do narcotráfico e o tráfico de animais silvestres e plantas. Para chegar a esse ponto, não é uma questão de agora. Na década de 70, quando se iniciou a questão do tráfico de cocaína a partir da Colômbia, passa a florescer na cidade de Letícia um amplo comércio. A cidade de Letícia, que fica situada num ponto entre as três fronteiras, Brasil, Colômbia e Peru, passou a ter um posicionamento estratégico em razão de que Peru era o grande fornecedor da pasta de coca processada em território colombiano. E, com isto, vieram para a região diversos homens para fazer o tráfico de drogas. E para realizar o tráfico de drogas tinham de ter alguma atividade lícita para mascarar a atividade ilícita. E, desde essa época, começou a ser realizada a exploração — e posso dizer uma exploração totalmente predatória do pescado da região. O maior nome disto chama-se Evaristo Porras Ardila, traficante que foi líder da época dos cartéis da Colômbia, hoje preso em território colombiano. Mas foi a grande liderança dos cartéis colombianos. Ele comprava toda a pasta produzida no Peru e fornecia aos cartéis de Cali e Medellín. O seu poder foi tomando um vulto tão grande que chegou a ser sócio de Manoel Noriega, no Panamá. Seu poder decaiu. Com a prisão de



Noriega, os fundos dos Banco Internacional do Panamá foram congelados e perdeu o prestígio junto aos cartéis. Então, desde essa época, é que se verifica esse mascaramento da atividade do narcotráfico com a atividade desenvolvida pelo comércio de peixes naquela região. Para substituir Evaristo Porras foi o seu irmão Henri Porras Ardila, que vive em território brasileiro, foragido do território colombiano e que não pode ser extraditado porque tem filho brasileiro. Henry Porras Ardila também hoje foi preso fazendo tráfico de entorpecentes dentro de peixes levados de Letícia para Bogotá. E quando foi preso em Bogotá, conseguiu fugir e hoje se refugia em Tabatinga, de onde ainda comanda uma grande rede de aquisição de pescado naquela região. E sem querer ficar citando o caso específico de nomes, temos um sem-número de ocorrências havidas entre os pecadores daquela região que são utilizados para o transporte da droga lá, e alguns com maior vulto que formam verdadeiras empresas para mascarar esta situação. Então, não resta qualquer dúvida das ligações desta atividade com o narcotráfico. Posteriormente à passagem da Comissão por Manaus, dois ou três dias depois, recebemos uma informação de que a Receita Federal já estaria fazendo estudos para promover, e por uma alíquota, a exportação de peixe. Não queremos eliminar a atividade de pesca da região, mas que tenhamos instrumento de controle para evitar esse descalabro que lá ocorre. Em paralelo a esta situação do peixe liso, temos outra situação também em que está vinculada a questão do peixe: a exploração do peixe ornamental. A exploração do peixe ornamental, feita com maior volume nas regiões do Rio Negro e seus afluentes, onde as águas ácidas permitem procriação melhor, não dizendo que isso não ocorra também nas águas amarelas do Solimões, mas tem maior volume na região do Rio Negro. Este comércio, segundo dados hoje, seria a segunda maior fonte de rede do Estado do Amazonas. O que se exporta hoje de peixes ornamentais é algo que estaria como o segundo maior produto de exportação do Estado do Amazonas. Porém, o que sai ilegalmente não temos condições de avaliar. E essa exportação de peixe ornamental, feita de uma forma muito delicada, devido à delicadeza do produto, às questões que circundam essa exportação, à rapidez com que deve ser feita, favorece também exportação de peixes ornamentais, sendo que junto à água que vai envolvendo esses peixes é diluída a cocaína. Nós já tivemos casos de apreensão nos Estados Unidos, na Holanda, de grandes quantidades de



droga que estavam envolvendo os peixes ornamentais. A cocaína é diluída. A cocaína é um sal, diluído na água, um conjunto de água, um saquinho de água com cocaína e um saquinho de água onde está o peixe fechado. E essas exportações são feitas de maneira muito rápida, não passível de controle eficaz. E temos pelo menos quatro empresas brasileiras citadas no exterior que estariam envolvidas com o tráfico. Como são empresas, não tenho o nome da pessoa física passível de ser responsabilizada criminalmente, nós ainda não conseguimos dar o *input* e nem recebemos essas comunicações oficiais, mas as investigações seguem dentro de território brasileiro. É a outra realidade que verificamos. E sobre o comércio não apenas do peixe ornamental, mas do contrabando, pode falar-se até que, em termos precários, temos controles. Porém, no Peru e na Colômbia, os controles são mínimos, sem qualquer tipo de controle. Então nós temos verdadeiras enxurradas de pescadores colombianos e peruanos que vêm para território brasileiro pescar esses peixes e levar para o exterior. Eu não acreditava, mas um filhote de aruanã chega a ser vendido, nos Estados Unidos, por cinquenta dólares, um peixinho aruanã, cinquenta dólares. O milheiro de aruanã, quando capturado, está custando hoje cinco reais. Quer dizer, um milheiro custa cinco reais para o pescador lá da região e, chegando aos Estados Unidos, custa, um, cinquenta dólares. É um comércio muito lucrativo. O que, fundamentalmente, gostaria de trazer aqui é justamente a situação do comércio do peixe na região que acoberta as ações do narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agradecendo ao Dr. Mauro Spósito a participação, iniciaremos a fase de perguntas. Há dois Deputados em plenário que farão perguntas no prazo máximo de três minutos. S.Sa. disporá de igual tempo para responder. Como o tema é apaixonante, não vamos contar tempo nenhum, nem para as perguntas, nem para as respostas. Então podem ficar bastante à vontade, tanto os Deputados S.Sa. Em São Paulo, um traficante pegou maconha e foi trocar por animais no Paraná. Quer dizer, a droga também está sendo usada como moeda de troca. Vende os animais, ganha mais dinheiro e compra mais maconha. É uma empresa, um círculo vicioso para o crime nesse aspecto, mas bastante interessante que vai ao encontro do que o senhor vem falando quanto à questão do peixe e do tráfico. Com a palavra o Deputado Ricarte de Freitas, com direito à réplica e à tréplica, porque hoje temos bastante tempo.



O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Na apresentação do seu trabalho, V.Sa. falou de cinco ações planejadas pela Polícia Federal, ou seja, seria a situação ideal para o controle não só do tráfico de drogas, mas também de outros associados a ele. E isso me lembra muito aquilo que tem sido ao longo do processo de fiscalização — e aí eu vou ao IBAMA —, nas ações no sentido de que o que seria o planejamento do possível e do exequível. E me parece, mais uma vez, que das ações planejadas pouco se pode fazer em termos da execução disso. Isso emperra, não sei se na vontade política, não sei se na determinação superior do órgão no sentido de viabilizar recursos para que isso pudesse ser executado. Quer dizer, o que falta, na verdade, para que a Polícia Federal tenha efetivamente possibilidade de executar um trabalho dentro daquilo? O planejamento os senhores têm, ou melhor, como poderíamos fazer trabalho melhor e que isso não acontece em função de falta de infra-estrutura, de estrutura e de disponibilização de pessoal; enfim, o que falta para a Polícia Federal exercer a função para combate efetivo ao tráfico na região da Amazônia?

O SR. MAURO SPÓSITO - O que falta é uma questão de “fartura”. Nós tentamos promover, integrar ações de órgãos. Todos os órgãos hoje de fiscalização efetivos estão carentes de pessoal e recursos. Agora, se juntarmos o pouquinho que nós temos, com o pouquinho que tem o IBAMA, com o pouquinho que tem a FUNAI, com o pouquinho que tem o DNPM, poderemos ter alguma coisa de volume. Quando foi formulada essa política, nós raciocinamos com princípio muito simples: não adianta fazer a fiscalização interna da Amazônia Ocidental onde não há consumo. Ninguém vai derrubar madeira dentro da Amazônia Ocidental para consumo. Temos 3 milhões de habitantes em toda a Amazônia Ocidental. O consumo se dá nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País. Então, esse é o consumo predatório. O consumo da região é de sobrevivência; não afeta a questão. Então, nós iríamos promover esse controle nas saídas. Também tivemos diversos percalços na questão da legislação: a quem compete o quê. Há uma concorrência aqui muito grande. Aí fica aquela ciumeira: “não, essa parte é minha, essa parte é sua”. E não se vai muito à frente. Mas, se nós tivéssemos um exemplo bem hipotético: os estudos brasileiros determinam que é possível ser derrubados mil metros cúbicos de madeira sem afetar o ecossistema amazônico – ótimo. Nós estamos postados em



Óbidos e Vilhena. Controlamos 999 metros cúbicos. O mil e um não sai. E, se o camarada derrubar, vai vender para quem? Vai gastar dinheiro em motosserra, vai pagar trabalhador. Seria mais lógica essa situação. E seria uma forma de presença efetiva de todos os órgãos trabalhando harmonicamente. Nós temos um exemplo disso ao longo do Rio Solimões. Implantamos a Base Anzol, uma dessas mencionadas. O Brasil era tido como o principal conduto de produtos químicos. O Rio Amazonas era tido como o principal conduto de produtos químicos para o refino da cocaína na Colômbia e no Peru. E isso era matéria todo dia da imprensa. Acusavam-nos. Feita a Base Anzol, com dois objetivos: 1. Obstruir o ingresso da droga que viria pelo Rio Solimões e impedir que saíssem produtos químicos disso. E colocamos uma base, que está lá 24 horas por dia, trabalhando, à disposição de qualquer um. Não houve até agora uma apreensão sequer de produto químico destinado à Colômbia ou ao Peru. Isso mudou completamente o enfoque que vinha sendo dado. Então, temos essa experiência exitosa da Base Anzol. Temos uma outra base também em Óbidos, que é a Base Candiru, onde estamos funcionando atualmente em conjunto com a Receita Estadual e também com o IBAMA. É uma base de saída. Seria fundamentalmente destinada a evitar as fraudes que foram cometidas contra a Zona Franca de Manaus, onde só ingressava nota fiscal, não ingressava mercadoria. O prejuízo somou alguns milhões de dólares ao longo dos anos. Quer dizer, há necessidade — voltando à pergunta que o senhor me fez, que divaguei demais, perdão —, de integração de esforços. Se não houve integração de esforços, de diversos órgãos, vamos dar cabeçadas para tudo quanto é lado e não vamos resolver nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Ricarte.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Eu gostaria de fazer mais duas observações. Numa afirmação de V.Sa., o senhor fala da questão tráfico de drogas, onde um dos responsáveis pelo cartel da droga, com a prisão de Noriega, perdeu a sua força e seu irmão ficou no lugar dele. E, por ter filho brasileiro, hoje reside em Tabatinga fazendo todo o tráfico da droga ainda na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse senhor será ouvido inclusive por nós quando da nossa ida a Tabatinga.



O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Mas eu só gostaria de saber de V. Sa. o seguinte: se já existe isso identificado pela Polícia Federal. E eu quero lembrar que o senhor está falando aqui como Delegado da Polícia Federal. Quer dizer, as informações aqui prestadas são informações de poder do órgão que é a Polícia Federal. O que poderia ter sido feito no sentido de coibir essas ações já identificadas? Quer dizer, continua ele agindo no tráfico e agindo, pelo que vejo, impunemente. Até porque me diz agora o Presidente que virá para cá para prestar depoimento, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós iremos a Tabatinga.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Ou iremos lá, mas não importa. De qualquer forma, uma pessoa que está identificada. Quer dizer, como coibir isso?

O SR. MAURO SPÓSITO – O grande problema que nós temos é a falta de instrumentos legais que nos permitam fazer algo. Na realidade, o que é atividade de polícia é nós levarmos a pessoa e responsabilizá-la perante o Poder Judiciário. Se não tivermos esse instrumento, nada podemos fazer. A lei que regula a permanência de estrangeiros no Brasil é de uma benevolência extrema. Isso estou dizendo, Mauro Spósito. Eu verifico, as poucas vezes que saí de território brasileiro, o que é o controle de estrangeiro no exterior e o como o é no Brasil. Realmente, hoje, se encontro um estrangeiro irregular, sem passaporte, sem nada, o que eu posso fazer é simplesmente notificá-lo para, no prazo de três dias, deixar o Brasil. Se ele não for, aí vamos ter de procurá-lo no Brasil para encontrá-lo e colocá-lo para fora. E nada mais pode ser feito. Então, a benevolência desses casos é realmente complicada. Ele é condenado na Colômbia, responde processo na Colômbia, mora em território brasileiro, não posso extraditá-lo, não há como extraditá-lo, porque tem filho brasileiro. Se, numa vontade super, eu o pego pelo braço e o levo de volta para a Colômbia, estarei cometendo seqüestro — em vez de ser protetor da lei, estarei agindo contra a lei. Então, a dificuldade que temos é a carência de instrumento legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Deputado Ricarte.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Antes de fazer a minha conclusão, até diante do seu esclarecimento, gostaria de ouvir do senhor ainda o seguinte. Há hoje requerimento a ser aprovado nesta Comissão de convocação de



alguns outros depoentes, onde tem ficado muito claro — embora isso tenha sido mencionado até pelo Dr. Luciano, que não se encontra no momento, mas estava no início da reunião — que um dos obstáculos que se tem é o envolvimento que os órgãos federais têm com a própria corrupção. Temos visto, claramente identificado, por exemplo, na questão do IBAMA, onde há participação efetiva, até porque, se não fosse assim, o índice da ilegalidade não seria na questão madeireira, como existe hoje, desde o tráfico, à clonagem da ATPF, enfim, todas as ações, que, no fim, existem sempre com a participação dos agentes federais, dos órgãos federais. Eu perguntaria ao senhor: V.Sa. acredita, até porque temos visto isso inclusive no próprio tráfico de animais, que já foi levantado por esta Comissão, que o nível de envolvimento, dentro da sua corporação da Polícia Federal, também seja no mesmo nível que existe em órgãos como IBAMA, INCRA?

O SR. MAURO SPÓSITO – Nós temos um ditado que...

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Até porque — só antes de o senhor responder — uma observação feita aqui pelo Dr. Luciano diz o seguinte: que a própria legislação impede hoje, benevolente como o senhor diz, na questão do estrangeiro, e também benevolente no tratamento do servidor público quanto à punição. E muitas coisas não podem ser feitas, até porque a própria legislação impede que medidas sejam tomadas. Concluindo: o senhor acredita que isso também existe no mesmo nível na da Polícia Federal?

O SR. MAURO SPÓSITO – Nós temos um ditado, entre nós da Polícia Federal, que diz que ela está colocando mais gente para fora do que recebendo. A Polícia Federal tem corregedoria muito rigorosa nas suas ações, mas, indiscutivelmente, somos feitos de homens. E não estamos infensos a essa situação. Realmente, deve existir. Os casos de que tomamos conhecimento são de imediata corrupção. Se pudéssemos valorizar o tipo de crime, a corrupção, eu acho que, da doutrina da Polícia Federal, é a que é mais renegada, porque o corrupto nada mais é do que um bandido, apesar de que o bandido não pode ter carteira. Então, eu acho que é a coisa que mais se renega dentro da Polícia, mas indiscutivelmente temos casos dentro da nossa instituição. Quanto à questão da legislação do funcionalismo público, realmente também. Para que V.Exa. tenha idéia, hoje, se eu tiver um funcionário que chegar três vezes atrasado, se ele chegar



na quarta vez, vou ser obrigado a fechar os olhos, porque, senão, vou ter de designar uma comissão de três outros funcionários para apurar a falta dele durante trinta dias. Quer dizer, até mesmo por questão econômica, estarei lesando a administração, se for feito isso. Então, realmente, hoje também estamos fracos de instrumentos para o controle do funcionalismo público em todas as esferas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, a presença do Dr. Spósito vem exatamente reafirmar e ratificar o que já se identificou. Esta Comissão poderá prestar a este País grande trabalho no sentido de melhor entendimento entre os órgãos na busca de legislação que possa permitir isso. Porque o que temos hoje é uma disputa de poder, claramente identificada. Vamos falar especificamente num caso que nos atinge diretamente: a questão da relação, por exemplo, hoje entre o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA, o conflito que existe na própria competência desses órgãos. Quer dizer, um, que deveria ser apenas o executor das políticas ambientais do Governo, disputa espaço com o próprio Ministério e que impede, com isso, que muita coisa seja feita. Nós vemos aí que o IBAMA tem dificuldade, que há conflito de competência com o INCRA, com a própria Polícia Federal, com a FUNAI, e isso gera realmente grande problema, que permite, sem dúvida nenhuma, que haja “saídas” — entre aspas — para que esse processo ilegal continue existindo e até sendo ampliado. Então, eu acho que uma grande contribuição disso seria exatamente nesse sentido: de que se tirasse daqui do relatório um entendimento, primeiro, para que se pudesse buscar aquilo que o senhor mesmo propõe na sua fala. Ou seja, que se cada um desse um pouquinho de si e não houvesse conflito, vaidade, cada um querendo se sobrepor ao outro, nós poderíamos ter muito mais ação e com mais resultados positivos. Infelizmente, isso não acontece hoje. É claro que há o problema da corrupção nos órgãos. E vêm problemas administrativos, pela própria estrutura do Estado. E há uma máquina pesada. Há a questão da burocracia, que impede isso. Há, por exemplo, servidores que não estão dentro de um plano de cargos, carreiras e salários. Há gente contratada por fora. E isso tudo gera insatisfação dentro, cria problema dentro do espírito de corpo que existe nos órgãos. Muito do que se poderá fazer nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é exatamente no sentido de estudar pelo menos um patamar básico para se estabelecerem competências específicas que possam



trabalhar integradas, para que a gente pudesse ter aí, então, resultados efetivos e que não esbarrassem, não tivessem solução de continuidade, exatamente na questão do conflito de competência. Eu acho importante a presença do Dr. Spósito, que abre exatamente dentro da sua instituição, que é a Polícia Federal, sem dúvida nenhuma, uma das mais respeitadas deste País. Mas se sabe também que paralelamente existe nela, como em outras instituições, o grande problema que permeia toda a questão que envolve a máquina fiscalizatória do Governo Federal. Eu gostaria de deixar registrado que isso fosse analisado na Comissão, que o nosso Relator, ao fazer o relatório, pudesse estabelecer uma comissão com os órgãos, no sentido de que se pudesse buscar uma forma até para que nós, aqui no Congresso, tenhamos possibilidade de tentar isso, no sentido de aperfeiçoar a legislação em benefício maior de toda a sociedade brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Parabéns, Deputado Ricarte de Freitas. Quero apenas fazer algumas considerações. O IBAMA hoje tem 157 funções, Deputado. E arranjam mais uma: agora é agente de fomento. Muita pessoas que, sem controle nenhum, colhem a madeira. Ele tem na função precípua fiscalização 157 funcionários. No Pará, cheguei até a dizer uma coisa: se, por acaso, as multas que a FUNAI pode aplicar fossem do montante das do IBAMA — as multas da FUNAI são caracterizadas por salário mínimo, o IBAMA são milhões —, se a FUNAI pudesse fazer isso, se o DNPM pudesse multar dessa maneira, se a Polícia Federal também, olhem, ia ter tiro entre os órgãos para saber quem iria multar primeiro. No Pará, fica muito claro. Eles não têm esse entrosamento, fazem questão de não ter. Então, é a FUNAI denunciando o IBAMA, o IBAMA denunciando a FUNAI. Mas seria uma avanço significativo para todos nós. Dr. Spósito, onde a cidade de Letícia entra no envolvimento entre peixe e drogas, ou seja, poderia funcionar, poderíamos chamar assim, como entreposto de peixe e de drogas também? Ou não?

O SR. MAURO SPÓSITO – Sob minha ótica, o que vejo é que Letícia centralizou durante muito tempo, e digo isso durante muito tempo porque há questão de poucos anos — um ano, no máximo dois anos — tivemos mudança significativa nesse quadro, mas de setenta para cá, Letícia centralizou a compra da matéria-prima da cocaína que vinha de território peruano. E ali ficou sendo entreposto não



da mercadoria, mas dos negócios. Para lá convergiam os vendedores peruanos, para vender a sua pasta, e compradores colombianos que queriam pasta para refinar. Com isso, se deu dinamismo à cidade. E todos eles tinham que ter o mascaramento dessa atividade. E qual é o mascaramento melhor da região? Só existem duas atividades na região: ou a atividade da pesca ou a da madeireira. E a atividade da pesca, pelas suas nuances, talvez tenha sido a que melhor se deu para mascarar essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lavagem de dinheiro também?

O SR. MAURO SPÓSITO – Ah, não resta dúvida. Uma das grandes apreensões que tivemos naquela região foi o navio Amazon Sky: quatro mil quilos de cocaína dissimulados em tablões de madeira, vindos do Peru, que foram confeccionados no Brasil e exportados por um colombiano. Quer dizer, esse mascaramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Verdadeiro entrosamento, não é?

O SR. MAURO SPÓSITO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k. A cidade de Letícia tem muitas casas de câmbio?

O SR. MAURO SPÓSITO - Vinte e seis casas de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Vinte e seis casas de câmbio?

O SR. MAURO SPÓSITO - Vinte e seis casas de câmbio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Então, lá funcionaria tipo a cobertura legal, mas a casa de câmbio para trocar dinheiro, vários tipos de moeda que se recebe. O senhor tocou num assunto muito caro a um Deputado desta Comissão, chamado Antonio Feijão, que faz parte dela, hoje não pode vir. Trata-se da questão geopolítica, dessa invasão indiscriminada de peruanos no Alto Solimões. É uma questão geopolítica, porque daqui a pouco podem pedir a emancipação, por exemplo.

O SR. MAURO SPÓSITO - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Eles estão casando muito rapidamente com brasileiras. Chegam aqui e casam logo, imediatamente tem filhos



ou não, não importa, mas se casam para regularizar a situação de fronteira. Como o senhor disse, trata-se da dificuldade da lei brasileira. O senhor vê, a nível da sua ótica, o tráfico de drogas, de animais, de madeira, não importa o tipo, mas o senhor imagina que isso se vá transformar num problema sério daqui a algum tempo ou nós podemos nos despreocupar, pelo menos, na parte de tráfico, não a parte territorial, não, que a parte territorial passa a ter riscos, com certeza, mas a parte de tráfico. O senhor acha que isso ajuda?

O SR. MAURO SPÓSITO - Olha, vou tentar traduzir minha grande preocupação. Todos os trabalhos que fizemos, porque a nossa ação naquela região fundamentalmente se dá hoje em decorrência do desencadeamento da Operação Cobra, ação do Governo brasileiro para reforçar o policiamento naquela região, e os estudos que fizemos é que a questão colombiana chegou aonde chegou por ausência do Poder Público. Certo? E se a ausência do Poder Público continuar existindo naquela região, indiscutivelmente, deverá florescer, os problemas deverão se agravar. A questão do superpopulacionamento da fronteira peruana é um dado simples. No Rio Javari, fronteira do Brasil com o Peru, nos últimos três anos, a população peruana cresceu 400% e a brasileira decresceu 60%. Quer dizer, hoje há uma população...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mas isso do lado da margem brasileira?

O SR. MAURO SPÓSITO - É. A margem brasileira, 60% da população...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Brasileira...

O SR. MAURO SPÓSITO - ... brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Decaiu?

O SR. MAURO SPÓSITO - ... decaiu. A população peruana cresceu 400%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor imagina que possa ter alguém pensando sobre isso ou a coisa é espontânea, nasce naturalmente, na necessidade do povo peruano vir morar no Brasil? O que o senhor imagina?

O SR. MAURO SPÓSITO - Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Eu vou explicar. Olha bem o que a gente já está perguntando. É uma questão sociológica.

O SR. MAURO SPÓSITO - Certo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Há uma questão sociológica ou aqui há melhores oportunidades que lá ou então não há razão para isso aparentemente, não há razão para essa invasão, vamos chamar de invasão da margem ocidental do Rio Javari.

O SR. MAURO SPÓSITO - As dificuldades econômicas do Peru são bem maiores que as nossas. Então, os recursos brasileiros são bem superiores que os recursos peruanos. Inquestionavelmente, valem-se do pouco que existe naquela fronteira, mas hospitais, por exemplo, o comércio, o camelódromo de Tabatinga é totalmente dominado por peruanos. Isso daqui é que faz essa situação ocorrer. Eles fluem para aquela região onde vêem oportunidades. E como fluem clandestinamente, estão eliminando oportunidades de brasileiros, porque quem emprega o brasileiro tem de cumprir suas obrigações trabalhistas. Quem emprega o peruano o mantém em condição de escravo, não tem direito a nada porque senão vai embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi. Lá eles estão todos legais, vamos chamar assim, uma parte legal.

O SR. MAURO SPÓSITO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Entendi. O senhor falou sobre a questão do tráfico de peixes ornamentais e citou que existem denúncias de quatro empresas. Não entendi bem, são empresas multinacionais ou nacionais?

O SR. MAURO SPÓSITO - Não, são empresas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Brasileiras.

O SR. MAURO SPÓSITO - Empresas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor tem o nome delas? Não precisa falar agora.

O SR. MAURO SPÓSITO - Eu as tenho. Há as investigações que posso passar às mãos do senhor. Não as tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Com certeza.

O SR. MAURO SPÓSITO - Mas posso passá-las a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Com certeza. Nossa ida a Manaus, seria muito interessante chamarmos os representantes dessas empresas



para esclarecerem isso. Duas bolsas: uma, com peixe e outra bolsa só com água misturada com a droga. Ou a água da droga vai com peixe junto e tudo?

O SR. MAURO SPÓSITO – O peixe vai num saquinho plástico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pequeno até, não é?

O SR. MAURO SPÓSITO – É, esses saquinhos plásticos pequenininhos, com água. Aí faz isso. Depois pega um outro saco plástico com água também, só que dissolvido em cocaína. Joga esse saco dentro do outro e fecha a boca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, sim, porque senão os peixinhos estariam fazendo duas viagens. Mas, de qualquer maneira, então, pega-se um saco plástico com água e dentro joga o peixe.

O SR. MAURO SPÓSITO – O transporte normal do peixe está naquele saquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi.

O SR. MAURO SPÓSITO – Só se pega um outro saquinho, com a água onde a cocaína está diluída, e o insere.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A Polícia Federal tem idéia de montante de quanto sai de peixe ilegal ou não? Há uma expectativa? É possível termos assim, pelo menos, não números, mas o legal é tanto, o ilegal é tantos por cento? Tem idéia mais ou menos? Existem indícios?

O SR. MAURO SPÓSITO – Em termos de “chutódromo”, acreditamos que pelo menos três vezes mais é colocado para fora do Brasil clandestinamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quer dizer, a maior fonte de impostos do Amazonas é sonogada três vezes. É você vai pegar o valor vezes três.

O SR. MAURO SPÓSITO – É a estimativa que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O chutômetro também funciona bastante. Eu tenho errado normalmente. Nós tínhamos uma expectativa de o tráfico de animais e de madeiras no Brasil girar em torno de 2 a 3 bilhões/ano, mas tive notícias há pouco tempo de que, no mundo inteiro, a biopirataria, inclusive com funções genéticas, aquela coisa toda, mas também de madeira e de aves — para um estudo da ONU —, se situa na faixa de 40 bilhões ao ano, no mundo inteiro, e o Brasil corresponderia a 15% disso. Quer dizer, já são números astronômicos. Quando falava em 3 bilhões de dólares, não queria exagerar, mas são 16 bilhões de



dólares nas nossas fronteiras. E eles agora estão se especializando. Estão colocando ovos. O senhor acha que a Polícia Federal, na fronteira, tem condições de, por exemplo, numa mala 007, descobrir que existem 18 ovos de araras azuis, hoje, com a estrutura que tem?

O SR. MAURO SPÓSITO – Veja, podemos fazer isso por amostragem, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi.

O SR. MAURO SPÓSITO – É muito difícil conseguirmos ter êxito nesse tipo de coisa. No aeroporto de Tabatinga, nós temos controle de todos os vôos, mas se ele sai de Tabatinga com uma mala 007, dentro de um recreio, alcança o aeroporto de Tefé, já passou, pega e vai embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É impossível então?

O SR. MAURO SPÓSITO – É impossível. Nós temos de trabalhar com a inteligência para tentar detectar alvos pontuais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E as principais rotas de fuga de traficantes de drogas? Por exemplo, depôs um senhor aqui, até muito simples e tudo o mais, mas que comanda todos os postos de fronteira da Bahia, internos e externos, Polícia Rodoviária, IBAMA, controla tudo, e está sendo usado pelos traficantes também como vetor. Já que leva animais tão facilmente, madeira, não é, todos aqueles postos de controle, ele leva também a droga. Então, quais são as principais rotas de fuga? Um traficante, de armas ou de drogas — não importa —, quantas possibilidades de fuga há com controle? Porque também não são tantas assim. O cara não pode sair de qualquer jeito. Ele vai entrar na mata e de repente vai ficar mais caro o tráfico. O Suriname seria uma boa rota? Ou a Colômbia? Letícia seria uma boa rota? No Peru, qual rota poderia ser seguida? Dentro da região amazônica, quais seriam os principais pontos de saída do produto de tráfico?

O SR. MAURO SPÓSITO – Veja, Deputado, a questão da rota seria muito dependente do produto a ser exportado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Por exemplo, animais.

O SR. MAURO SPÓSITO – Não, não, eu digo dentro dos animais. Um exemplo, cobra. Se se colocar uma dúzia de cobras dentro de um tubo de PVC, esses bichos viverão seis meses ali.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Os Correios são muito utilizados lá?

O SR. MAURO SPÓSITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tabatinga, por exemplo, tem uma grande loja dos Correios?

O SR. MAURO SPÓSITO – Para a cidade de Tabatinga os Correios são muito bons.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É eficiente e é grande, quer dizer, há muitas encomendas.

O SR. MAURO SPÓSITO – Veja, já tivemos mais de dez apreensões de cocaína despachadas dentro de caixas dos Correios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O tráfico internacional se vale muito da questão dos Correios. Inclusive estamos solicitando à responsável dos Correios que venha aqui, porque também pode haver controle neles. A legislação é clara quando diz que os Correios não podem transportar nada ilegal. Para isso, os Correios têm de desenvolver maneiras e formas de controlar isso, saber o que é legal e o que não é.

O SR. MAURO SPÓSITO – Se o senhor me permite, até a questão do tráfico de armas, de animais e de drogas está relacionada com a criminalidade, certo? Se amanhã este cinzeiro der lucro, terá tráfico dele. Então, o tráfico de que estamos falando é daquilo que dá rendimentos. Por que se faz tráfico de animais silvestres? Porque há compradores que pagam absurdo por esses animais. Por que se faz tráfico de cocaína? Porque há pessoas que pagam por isso. Então, o produto do tráfico é determinado. Eu vejo isso no dia a dia: quem faz tráfico de cocaína faz tráfico de armas — certo? — e, em dando lucros, havendo encomenda de animais silvestres, fará tráfico deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já que há a possibilidade de unificar os vetores, o produto destinado, o senhor acha que também seria um avanço?

O SR. MAURO SPÓSITO – Acredito que sim. Estou mencionando isso a título de sugestão. Nós temos um princípio que não é nosso — estamos também copiando, vem sendo empregado muito na Europa, nos Estados Unidos — o da



força-tarefa: a união de diversos órgãos, diversas agências para determinado fim, objetivo, determinado alvo. Cada término de uma ação, de uma força-tarefa dessas traz o resultado, não só o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Descubra-se o esquema de como se faz, quem são os envolvidos, etc.

O SR. MAURO SPÓSITO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A CPI fez uma dessas experiências. Foi muito interessante: usamos a Polícia Federal, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal, e apreendemos 450 animais. Descobrimos esquema que faz para a Argentina. Foi um princípio interessante. Funcionou.

O SR. MAURO SPÓSITO – Esse princípio da força-tarefa está consagrado numa portaria do Ministério da Justiça e me parece que já aprovado por decreto presidencial, já está consagrado com a sua tipificação. No meu ponto de vista, isso seria supereficiente para qualquer tipo de combate a essa questão do crime organizado. O de que estamos falando hoje é do crime organizado. Para obter-se lucro, faz-se qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Perfeito. Então, com a unificação de legislação, atingiríamos um objetivo, visto que os mesmos atores podem fazer armas, drogas e usar todos os caminhos e tudo o mais.

O SR. MAURO SPÓSITO – Indiscutivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É mais ou menos o que a gente vem ouvindo. Dr. Mauro Spósito, agradeço a V.Sa. a colaboração. Vamos estar juntos em Manaus durante algum tempo. Vamos propor também investigações específicas da CPI. Basicamente são investigações temáticas. Contaremos com o apoio de V.Sa. Leve ao Superintendente da Polícia Federal do Amazonas nosso forte abraço. S.Sa. nos recebeu da primeira vez muito bem. Tratou-nos tão bem que voltaremos. E leve também nosso carinho a toda a Polícia Federal do Amazonas. Muito obrigado. Se o senhor quiser se retirar, esteja à vontade. Vamos agora tomar o depoimento do Sr. Nascimento. Dr. Mauro, a CPI já tem essa tradição e se o senhor acha que pode haver outras perguntas para atingir alguns objetivos que imagina sejam importantes para o tema da reunião de hoje, abre-se um leque à medida que sabemos que as quadrilhas podem agir com animais, drogas e armas.



Quer dizer, abre-se, repito, um leque muito grande de possibilidades de investigação e também da questão de legislação, ou se o senhor souber ou vier a saber alguma coisa, por favor, entre em contato com a Comissão — o nosso Secretário vai lhe dar os instrumentos para isso, a forma de entrar em contato. Muito obrigado então pela sua disposição. Peguei o senhor no pulo.

O SR. MAURO SPÓSITO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Nascimento, o senhor pode, por favor, ficar bem próximo daquele microfone ali. Isso. Já aperta para ficar ligado. Está tudo certo. Sr. Nascimento, eu vou pedir ao senhor para ler... O senhor já ouviu falar em CPI, Seu Nascimento.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Já, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – CPI é danado, né? O senhor não está nervoso não, não é?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nem precisa. Só tem aquela coisa: CPI é isso, CPI é aquilo, mas não é nada disso, não. Nós vamos fazer... E também comunicar ao Plenário que estou assinando, e vai hoje ainda ao IBAMA, ofício determinando... *“Solicito a V.Sa., de acordo com o disposto no §3º, art. 58 da Constituição Federal, combinado com art. 2º da Lei nº 1.579, de 19/03/1952, e com o inciso II do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que inicie imediata fiscalização de procedência de animais em todos os criadores do Brasil.”* Em contato já com o pessoal do IBAMA responsável, nós já vamos ter os primeiros resultados nos próximos dez dias. Para a próxima semana, no máximo dez dias, nós já vamos ter os primeiros resultados e, dependendo desses resultados, esses resultados vão mostrar se nós estamos no caminho certo ou não. Por favor, Secretário, pode encaminhar direto a... Eu preciso que o Sr. Nascimento leia o compromisso, o termo de... Sr. Nascimento, enquanto o senhor não..., vamos às perguntas de ordem geral. O senhor mora onde, Sr. Nascimento. Pode falar direto no microfone.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu moro em Floriano, Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Floriano, Piauí — terra boa?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Fraca, né?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fraca? Como assim? Não tem nenhuma atividade econômica, essas coisas, é isso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não. Lá, a maior atividade é o comércio. O Município lá é muito fraco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Sr. Nascimento, eu tenho algumas perguntas aqui. O senhor não vai me levar a mal,...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – ...mas eu tenho que fazê-las.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E a primeira coisa que eu vou fazer é fazer... O senhor é traficante de animais, Sr. Nascimento?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aqui todo mundo foi, Sr. Nascimento. O senhor também foi, não é mais?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu não sou mais desde quando o IBAMA me processou. Eu deixei o ramo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Faz quanto tempo isso, Sr. Nascimento?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Aproximadamente quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aproximadamente quatro anos. Até lá o senhor traficava animais mesmo, né?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É. Eu comprava e vendia lá na minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá na sua cidade o senhor comprava e vendia.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Quer dizer, eu comprava no interior lá, né, e vendia na minha cidade para o povo que vinha de fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o senhor começou isso por que, Sr. Nascimento?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ah, isso eu comecei na minha terra natal ainda. Eu sou mineiro, não sou do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, o senhor é mineiro?



O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Sou mineiro. Eu comecei lá... Naquele tempo ainda não tinha IBAMA. Tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – IBDF.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – IBDF, Caça e Pesca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Caça e Pesca, IBDF...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Caça e Pesca. E não tinha a perseguição que tem hoje. Então, eu comprava lá na minha cidade, na região, no interior, levava para vender na feira de Caxias, no Rio, que era ali perto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, o senhor vendia lá no Rio? Eu sou lá do Rio... O senhor vendia lá em Caxias?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu vendia em Caxias, lá na Jaqueira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Até hoje tem lá, na mesma Jaqueira. Sabe esta parte que está escurinha? O senhor vai ler para mim, no microfone.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor entendeu o que o senhor leu, não entendeu?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Entendi, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, aí, continuando. Aí o senhor foi e foi parar no Piauí. O senhor casou e foi para o Piauí?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, eu me casei no Piauí. Eu tive uma família lá em Minas Gerais, mas não era casado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor não fugiu da família não, né, Sr. Nascimento?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, bem.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Meus filhos foram criados por mim, por mim e pela esposa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí o senhor casou no Piauí?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Aí eu casei no Piauí. A primeira mulher morreu. Me casei novamente, que é com essa que eu sou casado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lá no Piauí. Muitas mulheres bonitas lá no Piauí, não é, Sr. Nascimento?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É, como em todo lugar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, graças a Deus. O senhor negociava com quem naquela época? Há quatro anos, o senhor negociava com quem? Quem ia comprar os seus animais na sua cidade?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Há quatro anos atrás, eu negociava com pessoas que vinham de Pernambuco, de Fortaleza, do próprio Rio de Janeiro, entendeu? Antes, eu negocieei com esse menino...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual menino?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Carlinhos, me disseram que ele esteve aqui ontem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Carlinhos dos Passarinhos ou Carlinhos das Araras?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Carlinhos dos Passarinhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dos passarinhos...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Mas, quando eu deixei o ramo, para mim, ele já tinha deixado, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E o Carlinhos das Araras continua fazendo? O senhor tem notícia? Olha bem o que o senhor leu, lembra que o senhor leu?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, o Carlinhos que eu digo é o Carlinhos de Petrolina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De Petrolina. Ele continua fazendo isso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor, é o que justamente eu acabei de dizer agora. Quando eu deixei o ramo, quer dizer, quando nada, para a minha pessoa, ele já tinha deixado fazia tempo já. Me parece que ele deixou o ramo há quase sete ou oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. O senhor tem idéia de quantos bichos, quantos animais o senhor colocou no cativeiro ao longo desses



anos de tráfico? O senhor tem idéia de quantos animais o senhor colocou em cativeiro ao longo desse tempo que o senhor foi traficante?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não tenho não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É muita coisa?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Passa de cem?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Passa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Passa de mil?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Pode passar, porque eu trabalhei na feira de Caxias muitos anos e trabalhava com pássaros miúdos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos falar assim, segundo um amigo seu informou à Comissão, o senhor colocou mais de 800 mil bichos no mercado desde que o senhor começou no tráfico.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Oitocentos mil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Oitocentos mil bichos, será que pode?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, não pode não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas mais de mil, talvez?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Bem mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bem mais de mil. O senhor, o senhor pegava coisas assim, o senhor estava lá no seu lugar, aí o Carlinhos, o cara lá do Rio, ligava para o senhor e dizia assim: eu quero ararinha azul. O senhor, me parece, foi o especialista em ararinha azul durante muitos anos, todo mundo que pegava ararinha azul, pegava com o senhor.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor, não foi só eu, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas o senhor era um dos que mais fornecia, não é isso? Quem mais fornecia ararinha azul?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – O que acontece é o seguinte: o povo, dizem... Inclusive o IBAMA...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fale no outro microfone, fale nesse aqui, nesse outro.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – O IBAMA veio me perguntar que eu que tinha acabado com as ararinhas da Bahia, mas não fui eu não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor também.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu contribuí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E quem mais fazia isso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, eu estou dizendo que não foi só eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas quem mais? Se não foi só o senhor, quem mais?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Foram vários outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas dá o nome deles. O senhor pode falar o nome deles ou o senhor acha que vai lhe comprometer de alguma maneira?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É, pode até ser que sim, pode ser que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, está bom. Depois eu vou fazer essa pergunta, eu e o senhor em uma sala na chamada reunião secreta, e o senhor vai me dar esses nomes. Um amigo seu o encontrou perto da Fazenda Califórnia, na Bahia, com treze ararinhas no capô do seu fusca. É verdade isso? Houve isso? Nunca houve isso? O senhor conhece Pedro Lima?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu estou dizendo que não é verdade, porque não são treze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – São mais?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Menos. É, treze é uma conta meio... sete. Conta de mentiroso. Entre sete e treze?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dez?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Menos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o senhor foi pego lá com essas ararinhas. O senhor conhece o Sr. Pedro Lima?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Conheço, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Conhece bem?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não. Bem, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Charles Muun, o senhor conhece?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca falou com ele?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conhece o projeto do Sr. Charles Muun lá em São Gonçalo?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca esteve lá?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Nunca estive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Me parece que o seu nome foi citado ontem, depois eu vou até ver nas notas taquigráficas, e o Sr. Charles Muun disse que já lhe pagou algumas vezes. É verdade?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Nunca vi esse homem. Nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E está desde 87, segundo ele, acredito que ele esteja, porque ele mentiu tanto no depoimento dele que a gente já não sabe o que é verdade, mas acredito que ele esteja desde de 70 aí, porque ele está fazendo projetos na Amazônia peruana, Amazônia brasileira. O senhor nunca vi esse homem?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Nunca vi. Eu conheço bem o Lourival, que trabalha com ele, o menino lá de Salvador fiquei conhecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual menino?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – O de Salvador, fiquei conhecendo aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual menino de Salvador? Pedro Lima?



O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Pedro Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor conheceu aqui em Brasília?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Aqui em Brasília, nunca tinha visto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor veio a Brasília quando?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu vim a Brasília no começo do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Fazer o quê?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Fui chamado pelo IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi chamado pelo IBAMA para prestar... aí estava lá todo mundo, a galera toda. É isso, quando o senhor foi prestar depoimento?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É, o Pedro Lima estava aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Pedro Lima estava também lá também. Quantas vezes o senhor foi preso pelo IBAMA até hoje?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Uma vez. Só essa que eu fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só uma vez. Está respondendo a processo.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já acabou o processo?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Acabou o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Acabou dizendo o quê? O processo disse o quê?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, o meu processo foi o seguinte, porque eu tinha que ir todos os meses em Teresina, por dois anos seguidos, vinte e quatro meses, assinar um termo lá. Todo mês eu tinha que estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tinha que comparecer para assinar.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Aí o advogado transferiu para Floriano, porque eu não tinha condição de todo mês estar em Teresina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor é um homem rico?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem caderneta de poupança?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem cheque?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca trabalhou com banco?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Trabalho com banco, mas só com cartão para sacar algum dinheiro, alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor não tem investimento nenhum, o senhor não investe em nada?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vive de que, agora?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu hoje, eu vivo de uma aposentadoria de 200 reais e vivo de bicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Que bicos?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Compra... eu mexo com medicamentos. Trabalho com o Laboratório Roche em Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor colhe determinadas plantas e manda para eles, é isso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não. Eu vendo remédio, mas eu só ganho comissão. Eu não tenho ordenado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem farmácia?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, eu vendo para as farmácias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vende para as farmácias de Floriano? Floriano então tem muitas farmácias, não é?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, eu não vendo em Floriano, eu vendo nos interiores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor é representante de medicamentos, é isso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor ganha quanto por isso? Comissão?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É comissão. Só do que eu vendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dá quanto por mês?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Quinhentos, quatrocentos, seiscentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O pessoal lá fica bastante doente mesmo, vende bastante remédio da Roche. O senhor já entregou para a Roche ou alguém da Roche já veio conversar com o senhor pedindo plantinha, pedindo essas coisinhas assim, não?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já mandou plantinha para alguém?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Plantinha que é bom para dor no pé, aquela coisa.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu toda vida mexi só com passarinho, planta, nada não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor deve... o senhor mexendo com bicho, o senhor começou na feira, aquela coisa toda, mas muita gente ia lá pegar bicho com o senhor. Me dá, quais são os principais criadouros que o senhor fez negócio no Brasil.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Naquele tempo, está com muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas eles existem ainda, todos eles existem. Os criadores, quando começam... Criador é igual... Parafrazeando, desculpe as ONGs aqui... Tem uma expressão do Deputado Antonio Feijão que achei muito interessante: ONG não pede falência, e criadouro também não pede falência. Criador, o cara tem, tem a vida inteira, não pede falência nunca, pelo menos a gente não tem notícia, e já perguntei ao pessoal do IBAMA e nenhum criadouro desistiu de ser criadouro. Então, naquela época, para os mesmos que o senhor fazia naquela época, o senhor faz hoje em dia.



O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Para o senhor ter uma idéia, o pássaro, o vendedor de passarinho, ele gosta mais de trabalhar com o criador que ele explora mais o preço da mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode cobrar mais caro.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Cobrar mais caro. Eu nunca trabalhei com criadouro. Naquele tempo que eu trabalhava em Caxias, eu chegava lá, tinha os vendedores da feira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca fez com criadouros?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor, nunca trabalhei com criadouros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nunca?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não tinha aquela cadernetinha não, o criador tal pegou tanto, não?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor, nunca trabalhei com criadouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse tipo de negócio é só no dinheiro, não é?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Só no dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É dinheiro vivo?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só leva o passarinho se tiver dinheiro.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quem ficou no seu lugar, que a sua região é boa para isso. Quem foi... quem é que está traficando no seu lugar?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Rapaz, o que acontece é o seguinte, no meu lugar, tem um rapaz que trabalhou comigo, mas ele diz que já deixou também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, não, eu ia falar uma besteira aqui, mas vou ficar quieto, tem alguns ex que a gente... que são pessoas que começam e nunca param de fazer a mesma coisa.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ele trabalhou comigo algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor já traficou, já vendeu ovos de, ovos chocos de passarinho?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu vendi um ano para um rapaz do Rio que foi pegar lá em Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome dele?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Hernani? Stanislaw? Qual o nome dele?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor. Ele mora em Caxias. Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ronaldo de...?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ronaldo. O nome dele é Ronaldo, não sei o sobrenome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É? O senhor sabe que ele mora em Caxias. Ele levava os ovos para onde?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ele levava para o Rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Levava para o Rio. Tasso Fragoso, o senhor conhece? De Mato Grosso.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De Mato Grosso não, do Maranhão.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele é traficante?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele é traficante?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Tasso Fragoso é uma cidade, no Maranhão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É uma cidade. Não é um traficante? O senhor tem negócio lá?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Em Tasso Fragoso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É. O senhor não tem negócio nenhum lá?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Já tive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual é o negócio?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – No tempo que eu mexia com pássaro, eu tive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Tasso Fragoso traficante foi ótimo, não foi?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa é do tipo do sujeito que conhece geografia. Tasso Fragoso é traficante? — essa foi uma pergunta que gostaria até que fosse retirada dos Anais para não parecer que o Presidente também, né? Existe comando do tráfico de animais?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor afirmou que o comando de tráfico se reuniu ano passado, falou isso até em um depoimento ao IBAMA. Em que cidade foi esse comando? O senhor mesmo chamou de comando do tráfico no seu depoimento. Em que cidade eles se reuniram no ano passado? Qual foi a cidade em que eles se reuniram, hein?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Comando do tráfico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, comando do tráfico, ou várias pessoas que se unem, várias pessoas que são traficantes e resolveram fazer tipo uma associação ou então resolveram, pelo menos, ter uma reunião. O senhor não sabe disso? Nós temos uma denúncia que os seus filhos também traficam animais. Me dá o nome dos seus filhos que traficam animais.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nenhum deles. O senhor tem quantos filhos? Deve ter muitos, o senhor teve três...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu tenho, eu tenho dez filhos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dez filhos.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Sete homens e três mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sete homens e três mulheres.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Na primeira família, lá de Minas, eu tenho três filhos, dois homens e uma mulher.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Perfeito.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – São todos três casados, moram lá. Nunca mexeram com passarinho. Da segunda mulher, que morreu, do Piauí, eu tenho dois casados, uma casada e um solteiro ainda. Mas nunca mexeram com passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da segunda mulher.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Meus filhos nunca mexeram com passarinho. Eu toda a vida mexi com passarinho, meus filhos nunca mexeram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor deve ter escutado...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Se tiver uma denúncia aí o senhor pode dar o nome, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não tem. Estou falando só que a denúncia são seus filhos, não diz qual deles, diz até que tem mais de um.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu tenho dez filhos ao todo, três mulheres e sete homens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor me ganhou, eu só tenho cinco. Nessa o senhor me ganhou. O senhor teve mais tempo também, né? Teve mais tempo. Me diga o nome da pessoa que está traficando na sua cidade, no seu lugar, que diz que já largou, como todos falam. Qual é o nome dele?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Quando eu saí, quem trabalhava comigo era o Beto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O nome dele é Beto?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É apelido, Beto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Beto. Qual o nome dele? Trabalhava com o senhor, o senhor sabia o nome dele.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É Carlos Alberto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Carlos Alberto. De quê? É fácil achar o Beto?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o telefone dele? Bom, ele deve ter telefone para fazer encomenda, essas coisas. O senhor não sabe o telefone dele? Onde é que ele mora? Na rua...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ele mora numa ruazinha por trás da minha rua, eu não sei nem o nome daquela rua. É na beira do rio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dá um ponto de referência. Há um hospital lá, um posto de correio, alguma coisa assim, perto da casa do Beto?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Perto da casa do Beto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, há alguma coisa, um ponto de referência? Porque nós vamos, eu vou entrar em contato com o IBAMA agora do Maranhão e vamos pedir para...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É do Piauí, não é no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do Piauí, desculpe, e vão, eles vão trazer o Sr. Beto. Mas me diz que rua, tem algum ponto de referência? O pessoal do IBAMA conhece o “seu” Beto?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Conhece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bem?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Bem não, mas conhece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já foi preso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Esse não foi preso. Ele trafica para onde? Pegou seu negócio, quer dizer, traficou para o Rio...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, ele diz que não está traficando mais, porque depois que o IBAMA apertou lá ele diz que também parou, agora eu não sei se parou ou se não parou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sim, mas ele trafica para o mesmo... Ele trabalhava para o senhor, tinha todos os seus contatos, então a gente pode imaginar que ele esteja traficando, se ele estiver traficando ou traficou, para as mesmas pessoas que lhe compravam. Não é isso?



O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu vou voltar à pergunta do Sr. Charles Muun. O que que o senhor sabe? O Sr. Charles Muun faz o quê? O senhor não conhece, mas conhece o projeto dele, não é?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu não conheço o projeto dele porque eu nunca andei lá onde o Lourival trabalha. Eu às vezes passava na casa do Lourival. Ele mora num lugar e o projeto dele é distante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O Sr. Lourival também nunca falou para o senhor nada sobre isso? O Sr. Lourival nunca falou nada sobre isso para o senhor? O Sr. Lourival nunca falou nada.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, o Lourival o que disse é que trabalha com ele, a esposa dele trabalha, o irmão dele trabalha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E Pedro Lima? Pedro Lima é traficante também?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pedro Lima faz o quê?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Pedro Lima é o chefe desse projeto. Eu conheço assim, o que eu vejo falar é que o Pedro Lima é o chefe desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor, com essa experiência toda, em que lugar que a gente pode, que a CPI pode ir que vai encontrar traficantes de animais? Diga para mim, o que encontrava na sua época, pelo menos? Existe, tipo assim, uma cidade no Piauí ou no Maranhão em que os negócios são feitos? Existem... tinha um Carlinhos da Arara na época, Carlinhos do Passarinho, não é? Tinha lá o Carlinhos do Passarinho. O senhor vendia como? Ele ia até lá, encomendava? Primeiro ele encomendava, quer dizer: Eu quero isso. Não é assim que funcionava? Eu quero tantas ararinhas azuis, por exemplo. Eu quero tanto urubu-rei. Era assim que funcionava? Ou ele ia lá e via: o que que tu tem aí?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – O que acontece é o seguinte: o ramo de passarinho, ele funcionava na época da filhotama.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A filhotama é agora, não é? Está saindo agora, não está?



O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – A filhotama de papagaio começa em setembro, termina no final de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já acabou o papagaio.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É. Todo ano, no final de novembro acaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É aí que começa.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Aí já voou todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí já voaram.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Já voaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí o senhor ia lá no ninho e pegava...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, eu não pegava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor mandava.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Comprava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Comprava dos matutos ali.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Do povo do mato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí o senhor chegava assim: eu quero tantos filhotes de papagaio. O senhor fazia assim, encomendava assim para eles, não é? Eu quero dez filhotes de papagaio. Cada um tinha seu fornecedor, vamos chamar. E o Sr. Carlinhos, para comprar o papagaio para o senhor, ele dizia assim: eu quero dez papagaios. Ele falava assim? Como ele falava, ele ligava para o senhor, mandava carta? Como é que ele fazia?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, na época da safra ele já vinha toda semana, ele vinha pegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Toda semana. De acordo com o que o senhor tivesse...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É, de acordo com o que eu tivesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor levava.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Naquele tempo que ele me comprava, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Naquele tempo.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É há uns doze anos, quinze anos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual foi a sua maior encomenda que o senhor... O senhor vendeu de uma vez só, a maior encomenda para o Sr. Carlinhos foi quanto, o senhor se lembra? Trinta, quarenta, cinqüenta?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Sessenta, cinqüenta papagaios, a maior encomenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Maior encomenda do Sr. Carlinhos, por exemplo. Quem é o Sr. José Joaquim?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu conheço, mas nunca negocieei com ele não, senhor. Ele morava no Recife.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor — desculpe eu insistir, mas parece que o Sr. Charles Muun, através do Sr. Pedro Lima, mandou dois pagamentos para o senhor. Mandou? Preste atenção.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Charles Muun, não. Pedro Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, então, porque o seu nome foi citado inclusive pelo Charles Muun, se não me engano. Deve ter, ou alguém falou no seu nome, não sei se foi o Carlinhos, se foi...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Mas eu não conheço Charles Muun não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas Pedro Lima o senhor conhece?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Pedro Lima conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele pagou o senhor para que, hein? Esses dois pagamentos foram em troca de quê? O senhor vendeu alguma coisa para ele, o senhor comprou alguma coisa, o senhor...?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro)– Por que ele manda dinheiro? Porque hoje em dia ninguém manda dinheiro para os outros de graça, assim: toma o dinheiro. Dinheiro...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, o que acontece é o seguinte, o Pedro Lima, ele, todos os passarinhos que tiveram na ativa, ele procura visitar e pedir para deixar o ramo, compreendeu?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ele mandou dois pagamentos para o senhor, é verdade?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Aí ele me deu uma ajuda de custo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para quê?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Porque eu tinha deixado o ramo e disse a ele que estava em dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Entendi. Belo trabalho, não é? De quanto foi esse pagamento, o senhor lembra? Mil e duzentos reais?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto foi?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Foi 800 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para o Carlinhos ele dava mil e duzentos, para o senhor ele dava 800 reais. Fez quantos pagamentos?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Só deu duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Duas vezes.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Só duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Depois parou. Delimita para mim na sua região, lá no Piauí, exatamente qual é a sua área de atuação, ou seja, no Município tal ao Município tal. O senhor atuava ali. Os matutos pegavam, as pessoas do interior pegavam para o senhor. O senhor consegue demarcar isso, quer dizer, onde eles pegavam os pássaros?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu comprei no Município de Floriano, no Município de Marcos Parente, no Município de Antonio Almeida, no Município de Bertolândia. Era tudo em volta ali, perto de uma distância de 100, 150 quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor acha que o tráfico de animais diminuiu nesses últimos tempos?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Diminuiu muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bastante. O preço também aumentou, né?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Agora eu não sei, porque eu não estou a par disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas deve ter aumentado, né?



O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Deve ter aumentado, né? Tudo aumenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Araguana, o senhor conhece essa cidade? Araguana? Ou Araguaiana?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Araguaiana?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É, Araguana.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, eu conheço Araguanã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Araguanã.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Araguanã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Araguanã, no Maranhão.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – No Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Cidade pequena?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – É pequena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Teve essa reunião, que eu estou insistindo, vou insistir, volto a insistir com o senhor?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – A reunião eu não sei se teve, não. Eu sei que lá tem um passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome dele?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eles chamam ele de Roleta. O nome dele mesmo eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O IBAMA conhece?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Se conhece, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está em atividade?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Está em atividade?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Também não sei, porque está com muito tempo que eu estou desligado dele, desde quando eu deixei o ramo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Há quatro anos o senhor não tem mais notícia.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não tenho, não tenho ligação com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O.k. O senhor... Eu vou fazer um recesso rápido aqui, o senhor vai com o Sr. Ribamar, que é o nosso assessor



jurídico, até a sala da Comissão e, por favor, escreva os nomes e os endereços daquelas pessoas que o senhor ficou nos devendo no início. Depois o senhor vai voltar, e eu tenho algumas perguntas para o senhor, mas que não vão ser relacionadas com esses nomes. Dá uma chegadinha com ele lá, por favor. Um recesso de um minuto.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Temos somente mais uma pergunta para o Sr. Nascimento. Nesse meio tempo, solicito à Secretaria da Comissão que entre em contato com o advogado do Sr. Roosmalen imediatamente. São 3 horas em Manaus, só temos até as 6 horas para emitir o mandado que sairá da Comissão. Vamos dar o tempo para conversar, durante esta sessão, com o advogado do Sr. Roosmalen. Tive contato anterior com ele, que me disse que estava tudo certo, que me ligaria; mas não ligou. Caso não aconteça, eu expedirei imediatamente mandado de busca e apreensão do Sr. Roosmalen, autorizando, inclusive, invasão de sua propriedade. Mas só posso fazer — e quero advertir a Secretaria da Comissão — até as 18 horas. Então, pelo fuso horário, nós temos só duas horas para resolver esse problema, o.k.? E garantir o embarque do Sr. Roosmalen na madrugada, por passagem aérea. Inclusive ele vai com passagem aérea paga pelos contribuintes brasileiros, estadia paga pelos contribuintes brasileiros; é impossível que esse senhor queira se esquivar mais uma vez de sua responsabilidade frente a esta Comissão e, no final de contas, seus atos. Sr. Nascimento, eu vou insistir com o senhor que na cidade do Roleta, Araguaçu, existe uma concentração, ou de compradores ou de vendedores de animais — de traficantes de animais; o senhor sabe dessas reuniões, sabe dessa concentração?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Se existe essa concentração, hoje, eu não estou a par, porque é aquilo que eu disse ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Desculpe, eu não entendi.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Se existe essa concentração, pode ser agora, e agora eu não estou a par, porque eu disse ao senhor que eu já deixei o ramo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Eu vou ter que solicitar mais um recesso. Pode desligar o som por favor. *(Pausa prolongada.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Nascimento, então o senhor imagina que nessa cidade de Araguaianã existe um afluxo muito grande de vendedores, não é, de pessoas que levam os animais para serem vendidos ao Sr. Roleta.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pode ser que exista isso.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - No seu tempo ele fazia bons negócios lá? O senhor fazia bons negócios com o Sr. Roleta?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - É, ele sempre vendia muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sempre? Estava lá... Então, a gente pode dizer que o Sr. Roleta, concentra, naquela região, pelo menos naquela região, o produto do tráfico.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Pode dizer isso, não?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Sr. Nascimento, eu vou solicitar à Comissão que proceda a algumas investigações, que são importantes para confirmar até a sua afirmação de que largou o tráfico, que precisa ser comprovada pelas autoridades locais também. Eu já quero dizer que nós vamos indiciar todos esses nomes que o senhor nos deu, encaminhar ao Ministério Público para investigações, não é? Só a última pergunta sugerida. Naquele dia que o senhor foi preso com as ararinhas azuis, esse animal era considerado de exportação, não é?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES - Eu não fui preso com ararinhas azuis, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, o senhor não foi preso, o senhor foi apanhado. Alguém lhe viu com essas ararinhas.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Quem me viu foi Lourival.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lourival?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Foi Lourival.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Lourival lhe dedurou e disse que o senhor estava com ararinha, não foi?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Só pode ser ele. Quem me viu foi ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi ele. Então, o senhor vê que eu sei, não é? Se eu sei...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – E na época ele também trabalhava, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ah, o Sr. Lourival também trabalhava com o tráfico?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Naquela época, ele também trabalhava. Ele deixou, mas ele trabalhava naquela época. Está com uns quatorze a quinze anos isso. O senhor sabe se nessa ONG do Sr. Pedro Lima, tem gente que vai atrás ou para descobrir e depois mostrar às pessoas ninhos de pássaros ou de animais?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor nunca soube disso?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Porque, quando mentem para a gente, a gente fica chateado, não é? Eu estou muito chateado com esses americanos, muito chateado mesmo. Mas o senhor vendeu para quem aquelas ararinhas quando o senhor foi dedurado, então? O senhor vendeu para quem aquelas ararinhas?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Aquelas ararinhas foi vendida para o Recife.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para o Recife? Para quem?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Deixa eu ver se eu me lembro o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Temos tempo. Ainda tem aí três minutos.

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Eu nem conhecia. Eu fiquei conhecendo nesse dia. Ele soube que eu tinha essas ararinhas não sei por quem. E



ele ligou, conseguiu meu telefone e ligou para mim. Eu disse que tinha, ele veio até Floriano e me comprou ela em Floriano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Qual o nome desse cara? Você lembra?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ele era gerente da Ford.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Gerente da Ford de onde? De Recife?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Ele era gerente da Ford do Recife.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do Recife. Ele agora é o quê? O senhor sabe onde ele está?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Não sei, não, senhor. Nunca mais o vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Foi em que ano isso? O senhor lembra?

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Está com uns quatorze a quinze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quatorze. O cara era gerente da Ford, não é? O.k. Sr. Nascimento, se o senhor quiser se retirar, só gostaria de falar o seguinte: o senhor fez um compromisso, se o senhor vier a saber ou não, de repente, alguma coisa nós não lhe perguntamos, se o senhor vier a saber de alguma coisa importante para o tráfico de animais...

O SR. NASCIMENTO GONÇALVES – Certo. Eu estou aqui para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor viu o que foi falado aqui, não é, da questão da droga em animal. Se o senhor vier a saber de algum outro detalhe, o senhor por favor comunique-nos. Inclusive, o Sr. Manoel vai passar uma forma de o senhor nos ligar. O senhor vai se dirigir agora ao hotel por conta da Comissão, com alimentação direitinho. Peço desculpas, mas nós estamos aguardando seu telefonema. A sua mulher gosta muito do senhor, porque, se ela não liga, o senhor fica lá passando fome. Ela lhe ama, porque senão o senhor estava lá passando fome. Mas o senhor vai ter alimentação e, depois, o retorno ao aeroporto sem nenhuma despesa para o senhor. A Comissão pode lhe convocar a qualquer momento. O senhor continua convocado até o dia 31 de janeiro. É o dia que termina a CPI. Todo mundo que a gente convoca fica à disposição da CPI. E, se houver necessidade — nós vamos estar em Pernambuco, vamos estar ali por perto,



naquela região —, vamos tornar a lhe chamar. Então, muito obrigado, mas eu ainda não vou terminar a sessão. O senhor pode ir, mas eu continuo com a sessão aberta, para poder resolver o problema do Roosmalen e logo comunicar ao Plenário.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Em contato com o advogado e com o delegado da Polícia Federal do Amazonas, que está tomando conta do Sr. Roosmalen, foi-me reportado que o Sr. Roosmalen esteve na sede da Polícia Federal e se comprometeu a vir a esta Comissão. Vai embarcar às 2h30min, escoltado, e estará aqui para o seu depoimento. De qualquer maneira, eu solicitei também que a Polícia Federal me avisasse. Tem policiais vigiando a casa do Sr. Roosmalen. Para ele chegar ao aeroporto a 1h, ele tem que sair meia-noite, 2 horas da manhã aqui. Caso ele não saia de casa, nós vamos dar autorização para a prisão do Sr. Roosmalen, com invasão de domicílio — se bem que eu acho que eu não posso. Realmente, não posso, porque é meia-noite. Mas, às 6 horas da manhã, a Polícia Federal invadirá a casa do Sr. Roosmalen, e a Comissão permanecerá essa sessão até a sua chegada, amanhã na quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, marco a próxima reunião para amanhã, às 9h30min, no Plenário 7.